

TÍTULO DE LICENÇA

[ao abrigo do artigo 74º do RJUE]

REGISTO DE ENTRADA

N.º _____ Proc. _____

Data _____

O(A) Func. _____

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

REQUERENTE

Nome/Firma _____

contribuinte fiscal pessoa coletiva n.º _____

Residente / com sede em _____

código postal _____ / _____ telefone _____

na qualidade de proprietário comproprietário usufrutuário _____

MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRONICOS

Autorizo / Não Autorizo, o envio de ofícios e notificações decorrentes deste processo por correio eletrónico, dispensando outros meios de comunicação:

E-mail: _____

PEDIDO

O(A) Requerente acima identificado(a) vem solicitar a V.Ex.ª, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 74º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº10/2024 de 8 de janeiro, conjugado com a Portaria 71-B/2024 de 27 de fevereiro, o Título da Licença, referente à operação urbanística a que se refere o processo n.º _____

A REALIZAR NO PRÉDIO

sito em: _____

da freguesia de: _____ concelho de Alcácer do Sal

descrito na conservatória do registo predial de: _____

sob o nº: _____

inscrito na matriz: urbana rústica sob o artigo: _____

Código de acesso à certidão permanente do registo predial _____

Pede deferimento,

O(A) Requerente

_____ de _____ de 20_____

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em formato papel e em formato eletrónico.

[n.º 4 do artigo 9.º e artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação dada pelo Decreto de Lei n.º 10/2024 de 8 de Janeiro; n.º 21 da parte III do anexo I, anexo III da Portaria 71-A/2024 de 27/02]

- (a preencher pelo requerente com os elementos apresentados)
 (preenchimento exclusivo dos serviços camarários)

Para pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo que titula a operação urbanística

[n.º 21 do anexo I da Portaria 71-A/20 2 4 de 27/02]

- | | | |
|--------------------------|--|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> | a) Número do alvará, ou do certificado, ou número de outro título habilitante emitido pelo IMPIC, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra, quando as operações de loteamento incluam obras de urbanização; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | b) O cálculo e a prestação de caução, quando esta seja exigível, são efetuados nos termos do regulamento municipal de urbanização e de edificação; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | c) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, na sua redação atual; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | d) Comprovativo de contratação do diretor de obra; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | e) Apólice de seguro de construção quando legalmente exigido; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | f) Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | g) Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de obra; | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | h) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do diretor de fiscalização de obra e do diretor de obra, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual. | <input type="radio"/> |

Condições de apresentação dos elementos instrutórios

[parte II do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02; artigo 6.º e artigo 7.º do RMEU-AS]

- | | | |
|--------------------------|--|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> | Formato eletrónico
[ao abrigo do n.º 1 do anexo II da Portaria 71-A/2024 de 27/02] | <input type="radio"/> |
| <input type="checkbox"/> | Formato em papel (1 exemplar)
[ao abrigo do n.º 8 do anexo II da Portaria 71-A/2024 de 27/02] | <input type="radio"/> |

Observações

- Os elementos apresentados devem verificar as condições de apresentação definidas no anexo II da Portaria 71-A/2024 de 27/02.

(a preencher pelos serviços)

O(A) Funcionário

conferi a assinatura pelo cc n.º: _____

válido até: _____

observações:

Informações sobre tratamento e direitos dos titulares de dados pessoais

O Município de Alcácer do Sal procede ao tratamento de dados pessoais que lhe são apresentados pelos titulares em requerimentos e solicitações ou que recolhe em resultado das suas atribuições legais.

Em cumprimento da obrigação de transparência presta as seguintes informações sobre o tratamento dos dados e sobre os direitos dos titulares dos dados:

O responsável pelo tratamento dos dados é o Município de Alcácer do Sal sito na Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal, telefone: 265 610 040, e-mail: geral@m-alcacerdosal.pt.

O Encarregado de Proteção de Dados designado pelo município pode ser contactado através do email: epd@municipio.pt.

As finalidades e licitude do tratamento de dados pessoais são, em regra e salvo outra indicação, o cumprimento de obrigações legais e de atribuições legais o exercício de funções de interesse público ou de autoridade pública.

Os destinatários dos dados pessoais são, em regra e salvo outra indicação, os serviços do município e só serão transmitidos a terceiros em cumprimento de obrigações legais.

O prazo de conservação dos dados pessoais será o necessário ao cumprimento das finalidades de tratamento, acrescido do prazo legalmente previsto para o arquivo dos documentos ou ficheiros onde os dados estão registados.

Os titulares dos dados têm os seguintes direitos: confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento; direito de acesso aos dados pessoais; direito de retificação; direito à limitação do tratamento e o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (CNPD); direito ao apagamento dos dados (“direito a ser esquecido”); direito de portabilidade dos dados e direito de oposição ao tratamento. Direitos que poderá exercer nos termos e condições previstos na legislação mediante contacto e melhor esclarecimento com o Encarregado de Proteção de Dados.

Outras informações: A comunicação dos dados pessoais é em regra necessária para cumprir obrigação legal, caso não forneça os dados a sua pretensão não poderá ser tratada; Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis; Não haverá tratamento posterior dos dados pessoais para finalidade distinta da que presidiu à recolha.

Tomei conhecimento:

Local _____ Data: _____ de _____ de 20 _____

O(A) Titular,

(Assinatura conforme documento de identificação verificada por conferência)